

DESCONTO DO ICMS NAS AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Guia para aplicação da isenção prevista no Art. 65 do Anexo IV do RICMS/2014.



OBJETIVO DA CARTILHA

Identificar quando a isenção do ICMS se aplica, como o desconto deve ser calculado e demonstrado, quais erros devem ser evitados e quais providências precisam ser adotadas diante de inconformidades.



O QUE VAI APRENDER

- ✓ Quando a isenção se aplica
- ✓ Como formar o preço
- ✓ Como conferir a NF-e
- ✓ Quais providências adotar em caso de erro



CONFORMIDADE LEGAL

Aplice a regra com segurança.



TRANSPARÊNCIA

Demonstre o desconto de forma clara.



EFICIÊNCIA

Melhore processos e evite retrabalho.

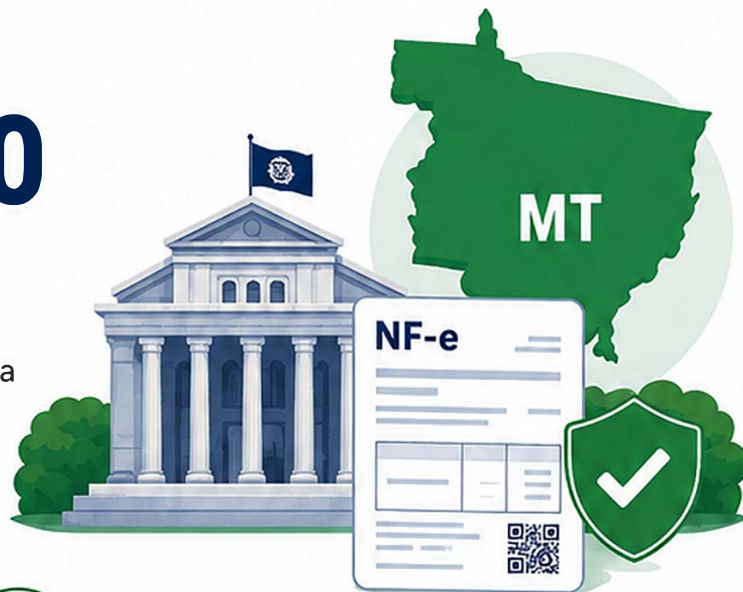


GESTÃO PÚBLICA FORTE

Boas práticas que geram resultados.

1. ENTENDENDO A REGRA

Quando a isenção do ICMS se aplica e por que ela deve gerar economia real para o Estado.



REGRA CENTRAL

Nas operações internas elegíveis, o valor do ICMS dispensado deve ser integralmente deduzido do preço da mercadoria e demonstrado de forma clara na documentação fiscal.

A isenção não é opcional nem um benefício do fornecedor: ela deve se converter em vantagem econômica real para a Administração Pública.



QUANDO A ISENÇÃO SE APLICA



Operação interna em Mato Grosso



Destinação a órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual



Aquisição de material de consumo ou material permanente



Item não sujeito à Substituição Tributária (ST). O rol de mercadorias enquadradas na ST encontra-se disposto no Apêndice do Anexo X do RICMS/2014.



Excepcionalmente, veículo novo pode ser abrangido mediante autorização da SEFAZ



ATENÇÃO À ST

Mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, em regra, não são alcançadas pela isenção. Por isso, a verificação do enquadramento do item é etapa obrigatória antes da contratação e do pagamento.

POR QUE ISSO IMPORTA?



Economicidade

Evita pagamentos maiores do que o devido.



Conformidade

Garante aderência ao Art. 65 do Anexo IV do RICMS/2014.



Proteção ao erário

Reduz riscos de dano ao erário e de falhas de controle.



Se a operação é elegível, o desconto do ICMS deve aparecer de forma comprovável e vantajosa para o Estado.

2. COMO FORMAR O PREÇO CORRETAMENTE

O desconto do ICMS deve nascer do preço normal de mercado e resultar em economia real para o Estado.



LÓGICA CORRETA

A pesquisa de preços deve partir do valor normal de mercado, com os tributos normalmente embutidos. Sobre esse valor, a Administração deve exigir a dedução do ICMS dispensado, evidenciando a vantagem econômica no preço final.



LÓGICA DE FORMAÇÃO DO PREÇO



Preço normal de mercado



Desconto correspondente ao ICMS dispensado



Preço final a ser pago pelo Estado

Exemplo

Valor cheio de mercado:
R\$ 10.000,00

Desconto do ICMS:
R\$ 1.700,00

Valor final da compra:
R\$ 8.300,00



O QUE DEVE CONSTAR NO PROCESSO

- ✓ Memória de cálculo do preço estimado
- ✓ Demonstração clara do valor do desconto
- ✓ Cláusulas no TR, edital, ARP e contrato
- ✓ Critérios de conferência antes da liquidação



O QUE NÃO PODE ACONTECER

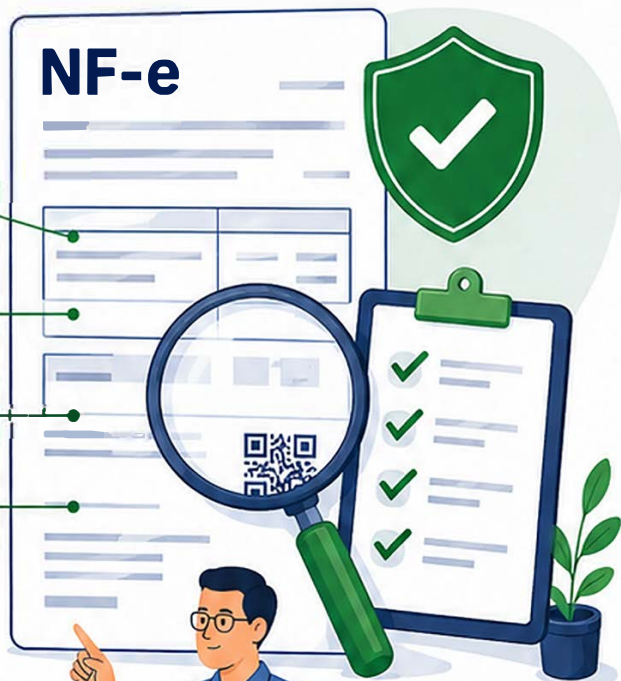
É irregular inflar artificialmente o preço para, em seguida, lançar um desconto apenas contábil. Se o valor final permanecer equivalente ao preço cheio de mercado, o benefício foi neutralizado e o Estado não obteve a economia devida.



Desconto real é aquele que reduz efetivamente o valor pago pela Administração.

3. COMO CONFERIR A NF-E

Antes da liquidação, a equipe deve verificar se o documento fiscal materializa corretamente a isenção



- ICMS: R\$ 0,00 (ou em branco)
- CST: 40 - Isenta
- Desconto do ICMS: R\$ 1.700,00
- Valor total da nota: R\$ 8.300,00



CONFERÊNCIA OBRIGATÓRIA

A liquidação da despesa não deve se limitar ao recebimento físico do objeto.

É indispensável realizar conferência tributária para verificar se a vantagem econômica da isenção foi corretamente refletida na nota fiscal.



CHECKLIST DA NF-E

1

Valor total dos produtos

Deve refletir o valor cheio de mercado/ adjudicado.

2

CST compatível

Utilizar CST 40 - Isenta, quando cabível.

3

Valor do ICMS

Deve estar zerado ou em branco.

4

Campo desconto

Deve evidenciar de forma clara o valor do ICMS desonerado.

5

Valor total da nota

Deve corresponder ao valor dos produtos menos o desconto.

6

Informações complementares

Devem trazer a fundamentação legal pertinente.



EXEMPLO SIMPLIFICADO

Valor total dos produtos:	R\$ 10.000,00
Desconto do ICMS:	R\$ 1.700,00
Valor total da nota:	R\$ 8.300,00



OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

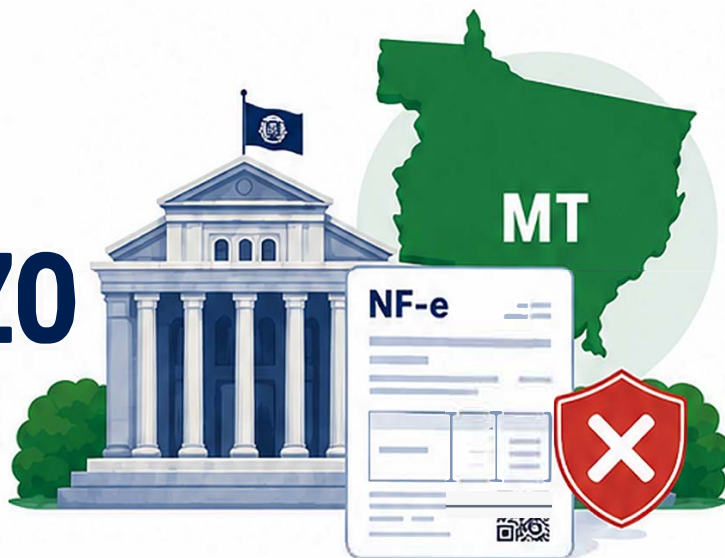
O desconto do ICMS não deve aparecer apenas como observação genérica: ele precisa ser demonstrável, rastreável e compatível com a documentação da contratação.



Sem conferência tributária, a liquidação pode consolidar pagamento indevido.

4. ERROS QUE GERAM PREJUÍZO

As inconformidades mais comuns impedem que a isenção produza a vantagem econômica prevista na norma.



1 Tributação indevida



Emitir NF-e com destaque de ICMS em operação elegível à isenção leva ao pagamento de valor maior do que o devido.

2 Neutralização do benefício



Inflar o preço bruto e aplicar desconto apenas formal faz o valor final permanecer cheio, anulando a economia para o Estado.

3 Regime tributário inadequado



Utilizar redução de base de cálculo ou fundamento legal inadequado, quando caberia isenção, gera tratamento mais oneroso ou irregular.

4 Falta de rastreabilidade



Quando o desconto não aparece de forma clara na NF-e ou na memória de cálculo, o controle fica comprometido.

5 Falha de conferência



Liquidar a despesa sem crítica tributária permite que o erro avance até o pagamento e cause dano ao erário.



SINAIS DE ALERTA



- Preço final igual ao preço cheio de mercado
- ICMS destacado em nota de operação isenta
- CST incompatível
- Desconto sem correspondência com o cálculo correto



Erro tributário em contratação pública não é detalhe: é risco de ineficiência, inconformidade e prejuízo ao erário.

5. PROVIDÊNCIAS E CHECKLIST FINAL

Ao identificar inconformidades, a Administração deve agir imediatamente para corrigir o problema e proteger o erário.



PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS

- 1 Não liquidar a despesa enquanto perdurar a inconformidade.

- 2 Notificar formalmente o fornecedor.

- 3 Exigir correção ou substituição da NF-e.

- 4 Adotar glosa, sanções e ressarcimento, quando cabível.

- 5 Registrar a ocorrência e prevenir reincidência.



CHECKLIST FINAL

- ✓ A operação é interna e elegível?

- ✓ O item está fora da ST ou amparado por exceção legal?

- ✓ O preço foi formado corretamente?

- ✓ A NF-e demonstra o desconto de forma clara?

- ✓ O valor final corresponde ao cálculo correto?

- ✓ Toda a documentação foi registrada no processo?



MENSAGEM-CHAVE

A isenção do ICMS só cumpre sua finalidade quando o desconto aparece de forma real, comprovável, rastreável e vantajosa para a Administração Pública.



Encerramento

Servidor bem orientado evita falhas, fortalece a conformidade e protege o erário.